

## .....Entrevistas.....

# A invasão da PUC em 1977, o ataque da Polícia Militar em 2016 e a mídia.

Lilian Troupardi<sup>1</sup>

### Entrevista com Ana Bock

**Lilian Troupardi:** Você contribuiu muito para a construção da psicologia como profissão, além disso você também é bastante conhecida por sua luta pela democracia. Você estava presente quando as forças de mais de 900 policiais, militares e civis, apoiados por carros blindados, tanques de guerra, invadiram brutalmente a PUC-SP em 22 de setembro de 1977 e prenderam mais de 500 estudantes. Esse ato, considerado por alguns como a última grande operação da ditadura militar de 64 contra o movimento estudantil, marcou a vida política do Brasil e deixou muitas marcas, inclusive físicas, nos que estavam presentes no dia. Quais as marcas que você carrega deste ato violento cometido pelo Estado Brasileiro?

**Ana Bock:** As marcas são ambivalentes, da mesma forma que a situação apresentou uma ambivalência. Podemos dizer que carrego duas marcas, uma delas é a satisfação e o orgulho daquela resistência que eu vi acontecer na PUC. Foi uma invasão militar e violenta sem qualquer sentido, entretanto, tem esse lado que nos permitiu ver uma universidade se organizar e se posicionar de forma adequada contra a repressão militar. A forma como a reitora Nadir Kfoury se apresentou foi motivo de orgulho. Ela foi corajosa, ousada, forte e firme, enfrentando o coronel Erasmo Dias.

A maneira como a comunidade universitária se comportou, caminhando de mãos dadas para o estacionamento, onde muitos seriam direcionados para a prisão, foi muito solidária. Havia pessoas mais perturbadas, fragilizadas, atingidas pela situação toda que estava ocorrendo. Alguns choravam, outros perdiam o controle, tinham medo, e os demais que estavam ao redor tentavam ajudar. A polícia não deixava a gente fazer muita coisa, eles nos colocaram enfileirados e não podíamos sair da fila e nem soltar as mãos. Mas,

---

<sup>1</sup> Cientista Social e mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP.  
E-mail: liliantroupardi@gmail.com

mesmo assim, as pessoas foram muito solidárias umas com as outras, falávamos palavras de conforto, como “não chore”, “somos muitos”, “vai dar tudo certo”. Portanto, uma marca que ficou, foi a de uma universidade solidária e corajosa, da universidade como um todo, pois essa atitude foi de seu conjunto, desde a reitora a seus alunos e funcionários, juntos resistimos.

Depois de toda a violência cometida no espaço da universidade, quando todos já estavam no estacionamento, a reitora entrevistou dizendo que muitos ali estavam trabalhando e, depois de muita negociação, o coronel Erasmo Dias disse que ia separar e libertar as pessoas que comprovassem ser da PUC. Muitos que não tinham o documento de identificação da PUC foram apresentados para reitora Nadir Kfoury atestar se eram de fato estudantes da PUC e conta-se que ela confirmava que todos os estudantes, inclusive os que eram de outras universidades, eram alunos da PUC. Era uma situação arriscada, mas ela contribuiu corajosamente. Essa é uma marca positiva que essa situação de extrema violência deixou.

A marca negativa foi a de viver uma situação assim tão violenta, tão de perto, tão na pele, tão nos olhos, eram policiais com aquelas máscaras e proteções e eles não olhavam nos olhos de ninguém. Pareciam robzinhos comandados e que sabiam exatamente o que tinham que fazer e, se as pessoas caíam no chão, eles começavam imediatamente a gritar para que se levantassem. Uma coisa assim, tão violenta nas relações pessoais, sempre nos assombra. Como o humano é capaz de tanta violência em relação a outro humano que não o está colocando em risco, que não está fazendo nada, indefeso? Mas, mesmo assim, a outra parte continuava muito violenta.

O Coronel Erasmo Dias é outra coisa que fica na memória, porque ele gritava muito, era uma pessoa descontrolada, selvagem! Como é que alguém com esse perfil chega nesse comando?

**Lilian Tropardi:** Esse clima de solidariedade, de resistência e coragem, você ainda sente na PUC dos dias de hoje?

**Ana Bock:** Eu sinto sim, eu acho que a PUC tem uma cultura que favorece isso. Claro que existem momentos em que você tem maior necessidade da solidariedade e da união. Até a invasão a gente não sabia que éramos capazes disso tudo. De certa forma hoje a gente também não sabe, ou sabe pouco do que a gente é capaz no coletivo. Tensões dentro do espaço coletivo a gente sempre teve. Eu lembro quando a Erundina foi fazer campanha, houve alunos que xingavam e cuspiam sobre ela.

Dentro da própria instituição você tem posições diferentes, a PUC vive com essa diversidade e existem momentos em que algumas posições aparecem mais evidenciadas, às vezes até com certa agressividade, mas, no geral, é uma universidade que consegue conviver com a diversidade. Isso é muito importante, porque viver com um pensamento homogêneo não é vantagem para ninguém. E a PUC tem sido corajosa para viver com a diversidade. Os reitores e as reitoras e todos que assumem a reitoria nunca se incomodaram, ao contrário, sempre valorizaram uma instituição que carrega essa característica de convivência com a diversidade.

Eu penso que isso se mantém fortemente na universidade, talvez tenhamos até amadurecido e fortalecido essa condição de ser uma universidade que suporta e valoriza a diversidade.

**Lilian Tropardi:** No final da década de 1970 até meados da década de 1980, período do início da abertura, diversos atores sociais uniram suas forças para a construção da democracia brasileira. Houve a emergência de vários movimentos sociais e sindicais e o papel da igreja católica foi muito importante nesse contexto. Qual foi o papel de Dom Paulo Evaristo Arns e da igreja católica naquela conjuntura e na invasão da PUC em 1977?

**Ana Bock:** Acho que foi fundamental. Nos anos 80 chegamos a fazer uma constituinte com várias propostas para alterar o estatuto da PUC e, quando levamos ao Dom Paulo, ele respeitosamente rejeitou. Nunca foi autoritário, mas também não acatou. Mas o posicionamento do Dom Paulo foi super importante na PUC, porque não era somente o Dom Paulo, tinha o capelão e toda a igreja ligada à universidade, com posições bem avançadas, não me lembro de ter tido alguém que fosse conservador, e isso sim era um reflexo do Dom Paulo. Mas a sua pergunta está correta, porque não foi só o Dom Paulo, mas sim toda a igreja católica que, naquele momento, teve um papel importante. Era uma igreja que avançava significativamente naquele período. Eu me lembro que nós tínhamos dois capelães, que viviam na casa paroquial e eles ajudavam o movimento estudantil a se desenvolver, acolhiam o coral, organizaram o grupo de teatro que surgiu na década de 70. Em 1970 nós não tínhamos nada, porque as lideranças estavam presas ou estavam escondidas. Quando eu entrei na universidade não havia centros acadêmicos abertos, apenas o de direito e o de economia, os outros todos fechados. Houve uma reorganização muito rápida nos anos 70 e a igreja teve um papel importante nisso, porque nós éramos acolhidos por ela, pelos capelães da universidade que nos oferecia para uso um salão que ficava embaixo da casa paroquial. O Cuca (coral) foi criado ali, o TUPUC (grupo

de teatro) foi criado ali, reuniões do movimento estudantil, com alunos e alunas da USP, da FGV e de várias outras universidades que vinham para PUC, pois naquele momento a PUC era o lugar em que era possível acontecer essas coisas e eu acho que tudo isso tem a ver com o papel da igreja. Eu me lembro que o padre Gilson, que era um dos dois capelães, não usava nunca batina, mas colocava a batina para ir visitar os estudantes presos no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Ele ficava lá de plantão até obter alguma informação sobre esses presos políticos. O pró-reitor comunitário, na época, não deu nenhum nome de estudante para a polícia. Quando chegava uma ordem da polícia para saber os nomes ou endereços dos estudantes ele não fornecia nenhuma informação.

**Lilian Tropardi:** Sabemos que houve casos de alunos infiltrados, que passavam informações para a polícia. Houve também casos de professores que passavam informações para a polícia?

**Ana Bock:** Nós tínhamos “dedo duro” dentro da sala de aula. Lembro que uma aluna da psicologia, colega de sala, esqueceu sua bolsa no final da aula e abrimos para saber de quem era e nos surpreendemos que ela tinha um documento com outro nome. De professores eu nunca ouvi falar, pelo menos na psicologia não conheço nenhuma história de professores infiltrados ou “dedo duro”.

Quando a polícia começou a invasão, antes mesmo de formar a fila para encaminhar todos ao estacionamento, nós professores estávamos em assembleia e saímos para olhar o que estava acontecendo. Havia muitos alunos e alunas sendo agredidos por bombas, e vimos aqueles estudantes correndo e fizemos um coro no primeiro andar e gritávamos “calma, calma!” e, enquanto assistíamos a polícia entrando, para a nossa surpresa, alguns policiais que estavam à paisana eram alunos da universidade. Tínhamos infiltrados, mas a universidade majoritariamente era progressista e soube se posicionar perante tudo isso e o papel da igreja foi bastante importante. Não tivemos, em nenhum momento, qualquer dúvida sobre a posição democrática e de apoio de Dom Paulo.

Eu me lembro de uma outra situação com a professora Maria Nilde. A polícia chegou para prendê-la em seu escritório, no qual eu trabalhava, ela me disse que Dom Paulo precisava ser avisado. Então coloquei um lenço e uma capa que ela usava e sai com o carro dela, para que, enquanto a polícia me seguisse, ela pudesse fugir. Depois que consegui me livrar da polícia fui direto para a cúria que ficava lá em Higienópolis e Dom Paulo nos recebeu. Pude, então, dar o recado que a professora estava sendo perseguida. Quando essa professora conseguiu fugir da polícia foi para a cúria se abrigar. Podemos

dizer com todas as letras que a igreja católica, naquele momento, enfrentou a ditadura.

A PUC tem essa marca democrática em razão dessa vivência, dessa cultura que se constituiu no final dos anos 60 e no começo dos anos 70. No final da década de 60, os alunos ocuparam a reitoria e fizeram a reforma da universidade, reunindo professores e alunos e a igreja não fez nada, ou seja, não pediu reintegração de posse.

**Lilian Tropardi:** Em maio de 2016, durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB), houve um novo ataque da Polícia Militar contra alunos e alunas, professores e funcionários da PUC, com bombas de gás lacrimogêneo e de pimenta, tiros de borracha e cassetetes. Jogaram muitas bombas para dentro da universidade. As agressões foram muito fortes e deixaram feridos, alguns desmaiaram. Não foram as mesmas bombas tóxicas e inflamáveis que causaram as cicatrizes de queimaduras de 3º grau em alunas que estavam na invasão de 1977 e nem mesmo os cassetetes eram elétricos. Entretanto, um estudante foi para o hospital em razão de ter levado um tiro de borracha na cabeça e uma estudante sofreu uma cirurgia de emergência em decorrência das violentas agressões policiais. O pânico e a intoxicação de todos, alguns socorridos no ambulatório da universidade, outros que tiveram que ir para hospitais, reavivou a memória da invasão. Quais semelhanças ou distinções entre esses dois ataques?

**Ana Bock:** A semelhança é uma conjuntura que também aponta o recuo da democracia e do aumento da força e do recurso policial para a solução de problemas ou de questões relacionadas ao movimento social. Essa semelhança conjuntural é bastante significativa, mas talvez a gente não tenha mais nem a mesma polícia e nem os mesmos alunos e alunas. Nesse momento de 2016 havia ali um enfrentamento de dois grupos da universidade.

Quando sai da universidade eu notei que tinha muita polícia no entorno da PUC, e quando fui buscar meu carro no estacionamento perguntei para um policial o que estava ocorrendo e ele me respondeu “nós estamos aqui para evitar problemas de enfrentamento entre os estudantes”, então eu perguntei “quem chamou vocês foi a vizinhança? e ele disse “não, foi um professor!”.

Eu acho que em 2016 a comunidade não se apresentou tão unida como da outra vez, ainda que a invasão de 1977 tenha sido realizada com a contribuição de alunos da universidade que, na verdade, eram policiais à paisana infiltrados, isso é menos ruim do que você ter dentro da comunidade um professor que chama a polícia, que tem esse poder de mobilizar a polícia. Logo, eu acho que o que aconteceu em 2016 foi pior, porque quebra aquela memória de uma comunidade unida que se apoia, que ousa e que resiste

junta. Temos nessa experiência hoje uma rachadura. Nesse sentido eu vejo uma diferença. Mas vejo semelhança também nessa situação quando os estudantes se juntam para se defenderem dos ataques do outro grupo que iniciou a manifestação. O papel da igreja nesse momento não foi o mesmo de 77, nem a própria reitoria foi a mesma, você vê que as diferenças foram claras. Não acho que sejam situações muito semelhantes, você tem semelhanças na presença da Polícia Militar na universidade. Mas no primeiro a polícia invadiu a universidade e no segundo tínhamos a Polícia Militar enfrentando e atacando os alunos e alunas, mas sem entrar na universidade.

Lembro-me que o Cardeal Dom Odilo Scherer lançou uma manifestação estranha e publicou uma coisa ruim, que não assumia a defesa corajosa da universidade. Ele poderia corajosamente ter dito que o enfrentamento dos estudantes era uma coisa esperada dentro da universidade e que isso jamais justificaria a presença da Polícia Militar.

A conjuntura da ditadura em 77 fez com que a gente tivesse mais preparo para esses momentos. A de 2016 não nos preparava, então talvez os professores não tivessem se comportado como em 1977. Os professores não se comportaram como antes, a igreja não se posicionou, os estudantes também não se comportaram da mesma forma.

Há diferenças na conjuntura e isso também traz diferenças para a conduta daqueles envolvidos nas relações institucionais.

Quando o policial me disse que foi um professor que tinha chamado a Polícia Militar...Depois até ficamos sabendo o nome do professor. Mas um professor chamar a PM supostamente para evitar um enfrentamento entre os alunos e alunas é algo muito estranho. Se havia essa preocupação, era preferível chamar o conjunto dos professores e professoras e dizer “compareçam todos para que a gente evite uma coisa pior na relação entre os estudantes”, mas não chamar a polícia militar.

**Lilian Tropardi:** Nas pesquisas que realizo e em outras que estão sendo publicadas, como na que a Esther Solano<sup>2</sup> investigou os eleitores do Bolsonaro, aparecem argumentos que ressaltam valores de hierarquia, ordem e disciplina. Como você vê essa narrativa movida pela ideia militarista de vida pública?

**Ana Bock:** Eu sou uma profissional da educação e, portanto, não quero colocar na educação toda a responsabilidade do que acontece de bom e de ruim no país. Mas a educação tem um papel muito importante e acho que temos tido uma educação pouco politizada. Não

---

<sup>2</sup> SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf> Acesso em: 27 jul. 2018.

estou falando de uma educação partidarizada, o grande problema da educação da Escola Sem Partido é que a gente deveria fazer uma escola com política, uma coisa é sem partido, outra coisa é com política. O que queremos é ter uma educação com política. É preciso que a gente aprenda isso na escola.

A educação não tem assumido um papel. Na universidade existe um corpo docente muito dedicado que entende claramente a necessidade de mobilização, mas nas escolas em geral os professores e professoras estão menos estimulados. Pessoas de direita também fazem análises aprofundadas, conservadores fazem análises que permitem debates e esses debates podem ser estimulados, mas o que vemos atualmente é um empobrecimento analítico e crítico e ficamos à mercê de valores. O pensamento reacionário é cheio de certezas, ninguém pode questionar. A esquerda é humilde na sua certeza, porque crê na mudança. Quando existe um empobrecimento analítico, você se segura na hierarquia pois é o que dá a certeza. A ordem é a certeza em si. A disciplina é exatamente isso. Um conjunto de regras que põe o sujeito no chão e diz: obedece! Esse pensamento se estabelece em dissonância cognitiva. A escola não está contribuindo, pois deveria ajudar a mostrar esse processo de movimento da construção da sociedade. Não sei se concordo com a “ideia militarista”, acho que é formada pelas ideias reacionárias, afincadas na certeza. Recentemente, em uma viagem a Portugal, notei que os portugueses dizem: eu tenho certeza disso, por isso posso estar errado. Eles acreditam na possibilidade de se movimentar. Precisa se ter uma ideia para mudar de ideia! E isso se dá pela educação, porque a mídia firma certeza o tempo todo, não coloca nada em debate. A mídia se põe no lugar de investigadora, mas não apresenta duas visões sobre os fatos,

Volto para escola. Você ensina uma criança a pegar uma tesoura, ensina até que é perigoso se não souber usar, pode se cortar, ensina a pegar em uma caneta, a usar o livro, mas você não ensina a criança a ver TV. A escola não discute a novela, o noticiário, quando ela deveria incorporar a mídia e se apropriar da mídia.

**Lilian Tropardi:** A mídia se tornou um poder em si, se impondo sobre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Ela impõe suas pautas, realiza seus enquadramentos para moldar a opinião pública. Vivemos um momento de espetacularização da política. Qual foi o papel da mídia naquela conjuntura do golpe de 1964 até a invasão da PUC em 1977 e qual é o papel da mídia na atual conjuntura?

**Ana Bock:** Em 1977 nós estávamos com uma mídia muito censurada, grande parte da mídia apoiava a ditadura. Em relação à invasão talvez tenha dado a notícia, falado que a

PUC foi invadida porque ela desobedeceu e deixou acontecer a reunião dos estudantes que queriam reorganizar o movimento estudantil e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Hoje a mídia está posicionadíssima, não tenho dúvida de que o golpe de 2016 no Brasil aconteceu com a participação da mídia. Na verdade, é um golpe da elite, de uma parte da elite, que tem a mídia na mão, seus interesses próprios, e está lutando pelo seu projeto de Brasil e tem a mídia toda na mão. Eu acho que ela é posicionada politicamente, só que ela disfarça como se ela fosse uma fornecedora de informações. Então, essa ideia de que a mídia e os serviços de comunicação estão a serviço da população, para fornecer as informações necessárias, sabe-se hoje que é mentira. Eu acho que a mídia também sabe que isso é mentira.

Eu fiz um projeto com a TV Futura, que é ligada à Fundação Roberto Marinho, no final da década de 90, começo dos anos 2000. Era um trabalho bellissimo, mas nós tínhamos algumas limitações, por exemplo, eles cortavam qualquer homem barbudo que pudesse se parecer com o Lula, não podia aparecer ninguém dando entrevistas com boné vermelho, porque lembrava o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e, além de não mostrar ninguém com barba, não podíamos falar em Lula.

Um dos programas era *Viva a Diferença* e falava da questão homossexual, então apareceu um casal de homens, mais velhos, e ficaram de mãos dadas durante a entrevista, um fazia carinho na mão do outro, e eles quiseram cortar essa cena. A diretora do nosso trabalho foi negociar e teve que argumentar que nós já estávamos obedecendo, não aparecia nenhum boné vermelho e, por fim, eles acabaram aceitando os rapazes de mãos dadas.

A mídia se declara claramente, não tem problema nenhum em dizer que não quer boné vermelho e homem barbudo.

Um outro programa que fizemos era sobre espaço e aparecia a questão do espaço e da terra. Eles somente permitiram uma entrevista com um casal do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que já havia recebido sua terra e estava regularizado. Eles não deixaram que nós colocássemos o pessoal das ocupações.

A mídia também avança, mas ela avança naquilo que ela se permite avançar, não sai de seu papel de controle político, de ter um papel importante no desenvolvimento da política. Ela atrapalha a formação crítica. E temos uma escola que não usa a mídia, não dialoga com a mídia, então nós temos uma certa desarticulação entre aquelas coisas que permitiriam um bom debate ou um aprendizado de uma categoria analítica crítica e isso faz com que valores conservadores cresçam. Não sei se é uma ideia militarista, claro que está ligada à ideia de que os militares representam ordem, disciplina e hierarquia, portanto, podem ser bons governantes. Uma ideia alienada, politizada de uma forma

reacionária, conservadora.

Acho que a PUC mantém a sua cultura de ser um espaço que resiste, mas também retrata o momento que vivemos.

**Lilian Tropardi:** Você aponta um caminho em que a educação deveria estar incorporando esse papel de formação de consciência crítica em relação à mídia. Você poderia falar um pouco mais sobre isso?

**Ana Bock:** Eu acho que é preciso ensinar as crianças e os jovens a manusearem todos os instrumentos culturais e a mídia é um deles. Precisamos incorporar como se fosse uma tesoura, que pode machucar as crianças e os jovens, por isso é importante ensinar a usar esse instrumento. É importante trazer isso para a escola e possibilitar que se discuta o que a mídia está falando, o que está trazendo, quais são os conteúdos das novelas. É interessante que se analise os noticiários, que se separe um dia na semana para analisar os noticiários. Claro que depende da idade das crianças e dos jovens. Meu neto, por exemplo, desde que ele estava no primeiro ano primário, faz um trabalho na escola com recortes de notícias de jornais. Primeiro eles começaram com notícias de bichos, o tema foi escolhido pelas crianças. Depois pesquisaram se saiu mais alguma notícia sobre bicho, daí acharam uma notícia sobre o zoológico. Então recortaram e discutiram aquela notícia, o que ela quis dizer, seu significado. Isso é conviver com a mídia. É preciso que a escola passe a conviver com a mídia, até a pós-graduação.

Na pós-graduação, outro dia, eu disse “gente, estou me sentindo mal aqui, nós estamos aqui numa aula discutindo esses textos todos que a gente leu e de repente estou me sentindo muito mal que a gente não discutiu nossa conjuntura”. Então fomos buscar um intelectual na USP, eu acho que é assim que funciona. Não dá para discutir livros teóricos, autores e a construção científica e ignorar onde você põe o pé.

No meu programa da pós-graduação, a maior parte dos alunos e alunas são professores ou são educadores, então é uma oportunidade. Se você quer que ele faça lá esse trabalho com os alunos dele, você tem que fazer isso aqui com ele.

Eu tenho feito uma atividade que se chama “Eu li nos jornais” e ampliei para “Eu vi na mídia”. Os alunos trazem um recorte sobre um tema de livre escolha, mas que se relacione com a educação. É tímido ainda, e isso é sinal de que não se faz muito, porque toda vez que começamos a fazer algo a gente não sabe ainda muito como fazer... mas começa assim, com uma coisinha pequena...

## NÃO ESQUECER É RESISTIR



22 de setembro de 77  
4º aniversário de uma covardia



Cartaz da APROPUC de 1981



Capa edição de setembro de 1979 do Porandubas

## Entrevista com Laurindo Lalo Leal Filho

**Lilian Tropardi:** Você contribuiu muito para a discussão da comunicação e da mídia no Brasil, além disso você também é bastante conhecido pela sua luta pela democracia. Você estava presente quando as forças de mais de 900 policiais, militares e civis, apoiados por carros blindados invadiram brutalmente a PUC em 22 de setembro de 1977 e prenderam mais de 500 estudantes. Esse ato, considerado por alguns como a última grande operação da ditadura militar de 64 contra o movimento estudantil, marcou a vida política do Brasil e deixou muitas marcas, inclusive físicas, nos que estavam presentes no dia. Quais as marcas que você carrega deste ato violento cometido pelo Estado Brasileiro?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** As razões políticas que levaram à invasão da PUC e as consequências que acabaram condenando algumas pessoas a cicatrizes físicas para sempre faz com que esse ato político de violência seja inesquecível. Não há como você não lembrar, mesmo já passados tantos anos, de um ato que mostrou, de um lado, a prepotência e a violência da ditadura, e de outro, o seu enfraquecimento, na medida em que ela precisou de todo esse aparato policial para investir contra uma reunião estudantil. Foi desproporcional, assimétrica a relação entre as forças colocadas e o movimento absolutamente democrático, que funcionaria livremente em qualquer país com uma verdadeira democracia. O movimento estudantil naquele momento não tinha qualquer tipo de hostilidade real, não tinha forças para abalar os alicerces da ditadura. Não era um movimento armado, que estava procurando derrubar a ditadura na base da força. Era um movimento político, uma reunião, uma tentativa de reconstruir a UNE.

Houve ali uma conjugação de situações que vão desde a questão social e política geral, que era a política ditatorial, e também a ação pessoal de um homem, o coronel Erasmo Dias, que comandava a segurança aqui em São Paulo e era uma pessoa tresloucada tomando as ações dos estudantes como se fosse uma questão pessoal. E ele tinha o poder de mobilizar as tropas. Tanto é que foram utilizadas as tropas estaduais da polícia militar, combinadas com a atuação muito violenta da polícia civil. Eu estava na PUC naquele dia e observei os policiais civis entrando nas salas. Tinha terminado a aula e nós estávamos reunidos em uma assembleia dos professores, porque já tínhamos tido a informação que a PUC estava cercada pela polícia. Um dia antes, houve um cerco na medicina na USP, e sabíamos que a PUC era alvo também.

A ação policial foi a seguinte: a polícia militar cercou as ruas ao redor da PUC e os policiais civis à paisana se misturavam com os estudantes. Existiam também policiais

infiltrados ou colaboradores da polícia entre os estudantes, sem dúvida alguma.

**Lilian Tropardi:** Havia professores infiltrados também?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Eu não lembro de professores infiltrados, eu acho que não havia. Infiltração não, poderiam ter simpatizantes da direita e dos militares. Estudantes sim, a gente sabia que haviam alguns estudantes ligados à polícia. Eles invadiram a PUC e eu me lembro da ação violenta de alguns policiais civis com cassetetes na mão, eram civis, mas tinha cassetetes e batiam nas paredes e nas portas, a gente percebia nos olhos deles que eles não estavam conscientemente normais. Parecia que estavam afetados por algum tipo de substância química, tal a violência.

Eu acabei me envolvendo, participava das assembleias de professores, não era ainda presidente da APROPUC (Associação dos Professores da PUC-SP), o presidente era o professor Sérgio Luna, eu fazia parte do grupo que apoiava e ajudava a diretoria.

No dia seguinte à invasão, foi nomeada uma comissão de professores para avaliar os estragos da qual fiz parte. Um dos integrantes era o professor de direito Franco Montoro, que era senador na época. Você não imagina o que foi a barbaridade! Entraram até naquelas salas lá embaixo, nos centros acadêmicos, nas salas da administração da faculdade, jogaram os armários no chão... foi um vandalismo!

Vandalizaram a PUC naquele momento. Foi uma ação que tinha essa conotação de uma política de Estado contra os movimentos sociais, mas tinha também uma política pessoal do Governo do Estado de São Paulo, representado pelo seu Secretário de Segurança Pública, que tinha uma postura quase de agressão física àqueles que o contradiziam ou tinham atitudes com as quais ele não concordava. Basta ver alguns vídeos<sup>3</sup> deste secretário.

Hoje há um prédio em frente à PUC onde, naquela época, era um estacionamento. Os alunos e alunas foram colocados todos ali, depois fizeram uma pequena triagem e muitos foram levados para o quartel da polícia.

De qualquer forma, se você quiser buscar qualquer coisa de positivo neste evento pode mencionar talvez escancaramento da ditadura no momento em que ela entrou não num sindicato de trabalhadores, mas numa entidade de ensino, cultura e pesquisa de classe média alta. Isso atingiu parte de uma camada da sociedade que durante muito tempo, desde o início da ditadura de 1964 até a invasão da PUC em 1977, ou seja, durante 13 anos, ainda não tinha sido atingida fisicamente, excetuando-se é claro as vítimas da repressão à luta armada. Os filhos dessa classe média alta foram atingidos fisicamente,

---

<sup>3</sup> <https://youtu.be/0EiKyEcSPBE>

num bairro de classe média alta de São Paulo, Perdizes. Se formos analisar o lado positivo desta invasão, este foi o momento em que a luta contra a ditadura ganhou um patamar novo, envolvendo outros setores da classe média. Essa é a análise que eu posso fazer da invasão da PUC naquele momento.

**Lilian Tropardi:** Quais as marcas que você carrega disso no plano pessoal?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Eu não tive nenhuma marca física, na verdade foram algumas moças, atingidas pelas bombas, que ficaram com cicatrizes violentas, passaram por várias cirurgias. A marca que eu tenho, por incrível que pareça, é mais positiva do que negativa, porque ela se refere a um período muito importante da minha vida, em que eu estava dentro de uma instituição democrática, altamente democrática.

A PUC-SP se posicionava em defesa da democracia, contra a ditadura de uma maneira quase institucional. Nós tínhamos uma liberdade que não existia na sociedade brasileira. Em 1977 eu trabalhava como professor da PUC e como jornalista da TV Cultura e acompanhava no jornalismo da TV Cultura o que era realmente a censura policial. A polícia federal diariamente nos mandava à redação, não só para a Cultura, mas para todas as redações, mensagens sobre o que não poderia ser dito naquele momento ou pessoas que não poderiam ser entrevistadas.

Não podíamos falar em Dom Helder, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, entre outros. Não podíamos divulgar uma passeata ou uma marcha que havia acontecido aqui ou ali, e na PUC-SP eu tinha liberdade para discutir todas essas coisas, ninguém me impedia, nem na sala de aula e nem nas assembleias. Foi aí que começou a se organizar um movimento de professores muito ativo; logo, se eu for pensar não exatamente no momento da invasão, mas na minha passagem pela PUC-SP naquela época, eu tenho somente marcas positivas. Até na invasão a marca é positiva, porque eu percebi como é possível haver uma reação forte da sociedade.

Tenho que fazer duas menções: uma ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que sem dúvida alguma era quem permitia essa autonomia da universidade em relação à igreja. A PUC não é somente uma universidade católica, ela é **Pontifícia**, portanto se reporta diretamente a Roma, passando pelo Cardeal Arcebispo. E o Cardeal naquela época era essa figura marcante na luta não só pela democracia, mas por todos os desfavorecidos. Vai além da democracia política, tinha a dimensão da democracia social. Lutava pela igualdade. E a outra à professora Nadir Gouveia Kfoury, a reitora que disse para os poli-

ciais durante a invasão que ali só se entrava pelo vestibular. Havia também um excelente vice-reitor comunitário que está lá até hoje, o professor padre Edênio Valle. Essas três figuras foram chaves: o Cardeal Dom Paulo, a professora Nadir Kfoury e o professor Edênio Valle, para mostrar que a PUC-SP não se curvava ao autoritarismo. Acho que essa é a marca maior que eu tenho: como se resiste num momento muito difícil, era a inteligência contra a força.

Lembrava Miguel de Unamuno, reitor da universidade espanhola de Salamanca, que ouviu de um general franquista: “Abaixo a inteligência, viva a morte!” Unamuno reagiu respondendo com um “Viva a vida!”. As coisas não são únicas, elas se repetem nesses regimes autoritários. Existem algumas marcas, e uma dessas marcas é serem contra a inteligência. Contra a reflexão, contra encarar a diversidade, contra o conhecimento livre.... mais ou menos como a gente está vivendo hoje aqui no Brasil.

**Lilian Tropardi:** No final da década de 1970 até meados da década de 1980, denominado como o período do início da abertura, diversos atores sociais uniram suas forças para a construção da democracia brasileira. Houve a emergência de vários movimentos sociais, sindicais e o papel da igreja católica foi muito importante nesse contexto. Qual foi o papel de Dom Paulo Evaristo Arns e da igreja católica naquela conjuntura e na invasão da PUC em 1977?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** O papel da igreja católica foi além da invasão da PUC, ainda que esta talvez fosse um exemplo mais evidente. A participação da igreja católica naquele período foi fundamental para a reorganização da classe trabalhadora no Brasil, que estava dizimada a partir do golpe de 1964. Estou me referindo basicamente à Teologia da Libertação, que não ocorreu somente no Brasil.

A Teologia da Libertação foi fruto de vários setores da igreja que se posicionaram em defesa dos povos oprimidos. Essa defesa fez com que se abrisse uma participação cada vez maior dessas camadas, que eu chamo de camadas subalternas da sociedade, na discussão da política, da sua própria vida, enquanto trabalhadores e cidadãos. Eu acho que a igreja católica teve uma contribuição grande, especialmente a de São Paulo com Dom Paulo Evaristo Arns, que entrou de cabeça nessa política eclesial, estimulando e dando respaldo a esses movimentos.

O Partido do Trabalhadores teve na sua origem um pé no sindicato, mas não podemos esquecer que o outro pé estava na igreja. Aquelas comunidades eclesiais de base

foram o embrião de muitas organizações de base do PT, que nasceu enraizado na sociedade graças a esses núcleos que tinham muita relação com as comunidades eclesiais de base. Havia uma inter-relação entre esses dois grupos. Você mencionou os sindicatos, é verdade, isso também se reproduziu na reorganização sindical. Na questão sindical a igreja também teve uma participação muito importante.

O golpe de 1964 não acabou com os sindicatos, mas ele acabou com as direções legítimas dos sindicatos. Quando dirigentes sindicais foram banidos, torturados e mortos, quem assumiu não foram os militares, mas sim os pelegos. Alguns até membros de corporações de trabalhadores. Eu falo pelo sindicato dos jornalistas que foi desde 1964 até 1976 dirigido por "não jornalistas", digamos assim, ou melhor dizendo, jornalistas vendidos. Eram jornalistas vinculados a setores da ditadura ou a setores policiais.

Eu estava na diretoria que retomou o sindicato em 1976, presidida pelo Audálio Dantas. Depois de 1977, me dediquei mais à PUC-SP, e em 1979 fui o presidente da APROPUC (Associação dos Professores da PUC-SP).

A PUC-SP se tornou quase que uma ilha de democracia na cidade de São Paulo. Um bastião de resistência, então, logo convergiram para ela movimentos de trabalhadores, de estudantes, de intelectuais, de pesquisadores... A PUC-SP recebeu a reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) em julho de 1977. Esta reunião da SBPC foi proibida pelo governo federal, que não permitia nem uma reunião de cientistas. A princípio ela seria realizada na Universidade Federal do Ceará, mas como ela foi proibida, a PUC a abraçou. Foi uma atitude corajosa, a PUC-SP enfrentou uma ordem da ditadura e a reunião da SBPC ocorreu.

A invasão da PUC-SP em 1977 não se deu somente porque havia naquele momento um grupo de estudantes reunidos para reconstruir a UNE, foi por isso também, mas tinha uma história de resistência anterior. Foram se acumulando os atos de ousadia da PUC em relação à ditadura.

Além da reunião da SBPC, houve a contratação, pela PUC-SP, de professores que tinham sido cassados em 1964 e em 1968, principalmente da USP, mas também de outras universidades públicas. Paulo Freire, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paul Singer, José Arthur Giannotti, Chico de Oliveira, entre outros, foram banidos das universidades públicas e acolhidos pela PUC-SP. Tudo a ver com a posição da igreja católica naquele período.

E ainda tem mais, naquele período, a PUC-SP abrigou reuniões de movimentos populares e também as primeiras reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia aos Presos

Políticos, que acabou se concretizando numa lei no fim da década de 1970. Embora essa lei tenha anistiado também os torturadores, o que é uma tragédia para o Brasil, porque diferente do que aconteceu na Argentina, no Chile, no Uruguai, por exemplo, onde os torturadores foram processados, isso acabou não ocorrendo aqui. Mas de qualquer forma foi com a colaboração da PUC-SP que a anistia no Brasil deu seus primeiros passos e levou a anistia àqueles que estavam exilados em outros países ou presos aqui no Brasil.

**Lilian Tropardi:** Você se referiu a um aspecto muito importante sobre a Lei da Anistia. Divulgada na época como Ampla Geral e Irrestrita, ela beneficiou apenas os agentes do Estado pelos crimes hediondos de tortura. Qual o reflexo dessa lei em nossa realidade?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** O maior reflexo pode ser visto na violência da Polícia Militar que persiste até hoje. É a impunidade daqueles torturadores da época da ditadura que possibilita a impunidade de policiais e de militares que se julgam acima da sociedade. Se tivesse havido uma punição aos torturadores, como ocorreu no Chile ou na Argentina, eu tenho absoluta certeza que o crime da Marielle, por exemplo, não teria acontecido, ou se tivesse acontecido já teriam apontado os mandantes depois de três ou quatro meses. Só estou dando um exemplo de que a impunidade que existe no Brasil para as polícias, as milícias e a todos os grupos armados é resultado ainda da **não punição dos torturadores da ditadura de 1964. Tenho certeza disso.**

**Lilian Tropardi:** Em maio de 2016, durante o governo do PSDB de Geraldo Alckmin, houve um novo ataque da Polícia Militar contra alunos e alunas da PUC, professores e funcionários com bombas de gás lacrimogênio e de pimenta, tiros com balas de borracha e cassetetes. Jogaram muitas bombas para dentro da universidade. As agressões foram muito fortes e deixaram feridos, alguns desmaiaram. Não foram as mesmas bombas tóxicas e inflamáveis que causaram as cicatrizes de queimaduras de 3º grau em alunas que estavam na invasão de 1977 e nem mesmo os cassetetes eram elétricos. Entretanto, um estudante foi para o hospital em razão de ter levado um tiro de borracha na cabeça e uma estudante sofreu uma cirurgia de emergência em decorrência das violentas agressões policiais. Houve pânico e a intoxicação de todos que estavam dentro da universidade, alguns socorridos no ambulatório da própria universidade e outros que tiveram que ir para hospitais. Quais semelhanças ou distinções entre esses dois ataques?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Esse ataque mais recente é difícil comparar com aquele outro de 1977, que se deu num contexto mais geral de um Estado policial militar. Nós não podemos dizer que em 2016 estivéssemos em nível nacional num Estado policial militar; esse mais recente está relacionado com a forma como a Polícia Militar tem atuado em outras manifestações. Este ataque se compara a todas as outras repressões que aconteceram no Brasil e em São Paulo, particularmente, desde aquela forte repressão contra o movimento pelo passe livre, que desencadeou as chamadas jornadas de junho de 2013. Não que a polícia antes tenha sido melhor ou pior, eu apenas estou dizendo que, simbolicamente, houve, na invasão de 1977, uma repressão muito violenta aos manifestantes, que depois foi percebida pela população como um exagero. Eu acho que o ataque de 2016 faz parte de uma ação da Polícia Militar que é ideológica. Vou arriscar dizer que essas ações remontam das guardas nacionais do império, dos caçadores de escravos e das polícias imperiais. Os próprios militares tinham um papel de caçadores de escravos fugitivos.

O Brasil teve 300 anos de escravidão, isso não foi apagado na história, e para a escravidão funcionar você tem que ter uma repressão muito violenta. O chicote é apenas a última etapa de um processo de violência brutal contra os escravos, contra os negros. E naquela época existiam os negros que faziam o papel de senhores, que batiam nos escravos. Eu acho que, atualmente, esses policiais militares, muitos deles negros, exercem o mesmo papel daqueles feitores que batiam nos escravos. Essa mentalidade está presente na Polícia Militar. Durante um momento no século XX, evoluiu muito a ideia do fim da Polícia Militar. Não é o fim da Polícia Militar, mas a sua desmilitarização. O fato de você ter uma Polícia Militar traz a concepção do militarismo na polícia. Trata-se de uma concepção de que há um inimigo, o militar e o policial militar vivem a ideia de que eles são uma força para atacar um inimigo, pois é para isso que existem o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. A Polícia Militar faz parte desse universo, ela é uma força auxiliar do exército, das forças armadas. Então qual é o inimigo dela? São as classes pobres.

Eles são os guardiões dos interesses das classes dominantes. Isso funciona em qualquer manifestação, de trabalhadores, de estudantes. O negro é sempre o primeiro a ser escolhido, se você tiver dois brancos e um negro, a polícia vai primeiro revistar o negro. Há um caldo de cultura enraizado na sociedade brasileira que é muito difícil de ser eliminado. Foram 300 anos de escravidão, você não elimina e não esquece em outros 100 anos, você precisa de muito mais tempo e muito mais luta política para mudar a mentalidade daqueles que exercem o papel de dominante na sociedade. E a polícia reproduz isso.

O ataque à PUC-SP em 2016 é um exemplo que se iguala a todos os outros, mas vai além, porque ali há um ódio que não é igual ao ódio contra o trabalhador das classes populares. Trata-se de um ódio contra aquele que pensa, contra quem trabalha nessa área, um ódio ao diferente em relação aos policiais, que ganham pouco, que sofrem pressões brutais de seus superiores e que vivem uma vida muito difícil. Os estudantes que estavam ali são a classe média que eles julgavam privilegiados e chamam de comunistas.

É impressionante, porque os policiais não exercem apenas uma função profissional, eles exercem uma ação ideológica. Eu já vi e a gente tem relatos, deve haver pesquisas sobre isso, de policiais xingando os manifestantes, xingando as mulheres e dizendo: “vai trabalhar!” Xingando as mulheres em manifestações feministas, os trabalhadores, então podemos concluir que eles não estão agindo apenas sob uma ordem dentro de uma estrutura profissional, em que agiriam de acordo com os regulamentos, não! Eles querem a briga! Eles querem tirar um olho do repórter, porque o repórter também é uma pessoa que os incomoda. Tanto é que numa manifestação em São Paulo eles cegaram um repórter, atirando na cara dele. Não foi uma bala perdida!

**Lilian Tropardi:** Quando você diz que a PM reflete esta ideologia da direita, é isso que justificaria o fato da PM ter atacado apenas uma parte dos estudantes em 2016? Justamente os que se manifestavam pacificamente com sua própria voz, sem agressões verbais? Enquanto os policiais faziam uma barreira de proteção a uma mulher que ficava enrolada com uma bandeira do Brasil gesticulando e aos poucos mais de 10 indivíduos de direita, que berravam palavras de baixo calão sobre um caminhão com um som ensurdecedor?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Claro, essa é a ideologia daqueles que são os representantes das classes dominantes. Naquele momento, os representantes das classes dominantes eram aqueles que estavam fazendo a manifestação contra a presidenta Dilma, no início do golpe de 2016.

Eu assisti mais recentemente uma outra ação da Polícia Militar que não chegou às vias de fato, mas também demonstrou a proteção que os representantes das classes dominantes recebem. A Dilma Rousseff, agora no período em que já não era mais Presidenta da República, foi ao clube Homs, a um ato de mulheres convocado pela APEOSP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Na rua estava uma mulher que deve ser a mesma a que você se referiu no dia do ataque da PUC-SP. Ela ficava enrolada com uma bandeira do Brasil gesticulando e gritando. Estava com mais cinco ou seis pessoas, na Av. Paulista em frente ao Club Homs. Entre ela e as pessoas, e eu era

uma dessas pessoas, que chegavam pela calçada, havia uma barreira de policiais militares protegendo-a e a mais cinco ou seis que estavam lá, como se nós fossemos os possíveis agressores. Na verdade, era o contrário, eles é que vinham nos agredir com palavras, nós não estávamos nem olhando para eles. Eles ficavam lá gritando, falando bobagens contra a Dilma e etc., mas a polícia estava lá e ela deve ter sido convocada justamente para proteger aquele grupinho. É nítida a proteção. Basta você lembrar quando tinha manifestações anti-Dilma e a favor de Dilma, qual era o comportamento dos policiais em cada uma das distintas manifestações?

**Lilian Tropardi:** Nas pesquisas que realizo e em outras que estão sendo publicadas, como na que Esther Solano<sup>4</sup> investigou os eleitores do Bolsonaro, aparecem argumentos que ressaltam valores de hierarquia, ordem e disciplina. Como você vê essa narrativa movida pela ideia militarista de vida pública?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Vamos lembrar o conceito de anomia. Nós caminhamos para uma situação de anomia no Brasil. Estamos chegando às vésperas de uma eleição com o candidato mais bem-sucedido nas pesquisas preso, sem se saber se concorrerá ou não. Existe uma dificuldade muito grande da direita em ter seu representante, não da extrema direita, mas da direita, para dar continuidade ao golpe de 2016, um candidato que possa aprofundar mais o golpe, retomar a reforma da previdência, por exemplo. Eles não têm esse candidato. Esse é o quadro mais atual.

Um pouco antes disso, entre antes do golpe de 2016 e a concretização do mesmo, ocorreu a criminalização da política. Na verdade, a criminalização da política vem se acentuando desde o chamado mensalão, que até hoje não foi provado. Aquela juíza votou segundo a literatura, e não segundo os fatos. A solução para os setores da direita que criminalizaram a política era a derrubada da Dilma e a volta do reino dos céus sem ela.

Depois da saída da presidenta Dilma, a crise se aprofundou e a política continuou sendo criminalizada. Isso vai fazendo com que amplos setores da sociedade se sintam cada vez mais inseguros. A democracia não dá mais segurança para as pessoas enquanto cidadãos.

Esse jogo democrático não funciona mais, e aí você chega neste período que eu chamei de quase anomia que estamos vivendo. O que se põe no lugar? Há um vazio!

---

<sup>4</sup> SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf> Acesso em: 27 jul. 2018.

Logo, o que se põe no lugar da desordem é a ordem.

A ordem vem com a força e, mais do que isso, governos fracos impostos sem apoio popular, como é o caso deste governo atual do Temer, que só tem um lugar para se apoiar, que é a força e, neste caso, a força militar. Não foi por acaso que ele colocou um general como homem-forte do seu governo, um general que tem todo um histórico familiar antidemocrático, o Sérgio Etchegoyen. E não foi somente este representante das forças armadas que começou a fazer parte do governo. Pessoas que ainda estavam no Palácio do Planalto, depois do golpe de 2016, relataram que vários setores da administração direta, vinculados à presidência, foram substituídos por oficiais do exército.

Os ministros de Estado depois do golpe de 2016 não são apenas essa quadrilha que assumiu o poder, pois estes são os que aparecem. Entretanto, desde o primeiro momento houve um processo de crescente militarização do Estado Brasileiro, do controle do Estado a partir do Golpe de 2016. Talvez o exemplo maior seja a intervenção militar no Rio de Janeiro, mas não foi somente isso, os militares foram assumindo cada vez mais poder, tem generais ou coronéis mandando em ministérios ou em autarquias importantes, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Você tem um general pela primeira vez comandando o Ministério da Defesa. Desde a criação deste Ministério, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é a primeira vez que há um militar no comando.

Existe também um vínculo dessas forças com o judiciário e com a mídia. No caso do judiciário, você vê que o juiz Sergio Moro deu uma ordem por telefone para um delegado da Polícia Federal e o delegado acatou. Notamos, assim, um conjunto de ações voltadas à militarização, que não é aquela militarização explícita como a de 1964, porque, naquele caso, foi um golpe dado pelos militares. O golpe de 2016 foi dado pelo judiciário, pelo legislativo com a pantomima da cassação do mandato da Dilma e com a mídia, tendo o respaldo militar por trás, que no começo não apareceu, mas ele foi crescendo a ponto do comandante do exército ameaçar o STF (Superior Tribunal Federal) quando este podia votar o habeas corpus de Lula. Ele tuitou que o País corria risco, foi uma ameaça explícita e pública.

A grande diferença em relação ao Golpe de 1964 é que no de 2016 há uma militarização encoberta, há uma capa de legalidade.

Se houver uma continuidade deste regime atual, a militarização com certeza será maior. Há mais de cem militares se candidatando a cargos públicos na próxima eleição. O candidato a Presidente de extrema direita já disse que se eleito entregará aos militares vários ministérios.

Mas independente de um candidato de extrema direita ser o vencedor das eleições, se você tiver uma sequência dos governantes que se alinham com o golpe de 2016, por exemplo, vamos dizer que ganhe um candidato do PSDB com o MDB, isso significa que teremos na frente a aparência de um governo civil, mas com uma força militar muito grande por trás.

**Lilian Tropardi:** A mídia se tornou um poder em si, se impondo sobre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Ela impõe as suas pautas, realiza os seus enquadramentos para moldar a opinião pública. Vivemos num momento de espetacularização da política. Qual foi o papel da mídia naquela conjuntura do golpe de 1964 até a invasão da PUC em 1977 e qual é o papel da mídia na atual conjuntura?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Os veículos da mídia apoiaram o golpe de 1964 quase que integralmente, salvo o jornal a Última Hora. A mídia apoiou o golpe de 1964 mais ou menos como apoiou o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, quase incondicionalmente. Logo depois do golpe de 1964, ela foi percebendo que os seus interesses não estavam sendo contemplados totalmente pela ditadura como ela esperava. O jornal O Estado de São Paulo, que foi golpista de primeira hora, esperava poder indicar ministros para o governo militar. O Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, publicou na véspera do golpe a manchete “Basta!” referindo-se ao presidente João Goulart mas logo depois passou a perceber que o golpe não era aquilo que eles esperavam e tornou-se oposição ao novo regime. Diante do crescimento da oposição a ditadura impôs uma censura a alguns veículos de comunicação. Foram visados especialmente alguns grandes jornais e revistas mas não todos. Já sobre os da chamada imprensa alternativa a censura foi rigorosa. O jornal O São Paulo, da cúria metropolitana de São Paulo, de Dom Paulo Evaristo Arns, foi um jornal censuradíssimo.

Na invasão da PUC em 1977, a mídia fez uma cobertura razoável. É até curioso, naquele momento havia um jornalismo mais ousado do que se tem hoje. Havia uma tentativa dos jornalistas e dos jornais de se confrontarem com a censura. Você tinha espaços nos jornais para a esquerda, por incrível que pareça. A Folha de São Paulo tinha uma excelente editoria de educação dirigida pelo Perseu Abramo, que era uma pessoa sabidamente de esquerda, mas tudo isso se justificava porque havia naquele momento da sociedade brasileira um acúmulo de forças contra a ditadura militar, e desse acúmulo faziam parte os jornalistas e os jornais. Entretanto, houve um rompimento, em razão da greve

dos jornalistas em 1979, aqui de São Paulo, foi quando ficou claro que patrão é patrão e jornalista é jornalista. Foi neste momento que uma parte dos jornalistas se aproximou das lutas mais gerais dos trabalhadores. Naquele período, foram se somando acontecimentos marcantes, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, do metalúrgico Manuel Fiel Filho e o atentado à bomba no Riocentro, em 30 de abril de 1981, onde se realizava um grande show em comemoração ao Dia do Trabalho, com a participação de Chico Buarque de Holanda, entre outros.

O Jornal do Brasil fez no dia seguinte uma bela matéria dizendo que aquilo tinha sido um atentado realizado pelos próprios militares. O Jornal O Globo, que tinha uma outra posição, fez uma matéria dando a versão apenas dos militares, colocando a culpa na esquerda. Essa disputa, que era uma luta de mercado, mostrava que havia espaços para você colocar informações que não eram do interesse e do agrado da ditadura.

Quanto à invasão da PUC-SP em 1977, se não me engano o Jornal da Tarde, que ainda existia, mostrou o que aconteceu na PUC. Se tivesse havido uma censura muito forte, eu me lembraria, posso estar enganado, mas não me lembro de ter tido uma censura da cobertura da invasão da PUC. Foi mostrado pela mídia o que aconteceu, quantos tinham sido detidos, constava a posição do Secretário de Segurança, acho que do governador também. Era um momento diferente de hoje quando a mídia, de maneira geral, tem uma posição única, sempre contrária aos interesses populares.

**Lilian Tropardi:** O momento diferente a que você se refere é também porque em 1977 estávamos caminhando para o fim da ditadura e as forças sociais estavam se reorganizando e lutando pela democracia. Era o final do Golpe de 1964 e agora nós estamos praticamente no início do Golpe de 2016?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Nós estamos em meio a um golpe. Hoje, caso a PUC fosse invadida daquela maneira, como em 1977, os jornais até dariam a notícia, tenho certeza, mas eles dariam com viés conservador, dariam a notícia de uma maneira muito discreta em relação à violência policial e acentuariam na matéria que os estudantes eram baderneiros, vândalos, contra a lei, que a lei tem que ser cumprida, que eles sabiam que era proibida a reunião pela ditadura, os jornais estariam nessa linha com certeza. São momentos diferentes que fazem com que a mídia se comporte de forma diferente.

**Lilian Tropardi:** E qual foi o papel da mídia em relação ao Golpe de 2016?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Foi estrutural, sem dúvida alguma, principalmente a mídia televisiva. Não que a mídia impressa não tivesse também apoiado abertamente o Golpe, claro que as revistas e os jornais também apoiaram o Golpe de 2016, mas a repercussão da mídia impressa é menor. Como a televisão tem uma repercussão maior, foi ela que colocou as pessoas na rua. Eu estava num daqueles momentos de mobilizações de 2013 na Av. Paulista e foi um momento em que a Rede Globo, suspendeu a novela para fazer transmissão direta da avenida Paulista. Ora, suspender uma novela no Brasil, você nem precisa dizer por que está suspendendo, o elemento simbólico indica que algo catastrófico ou monumental está acontecendo no País, algo inusitado na história do Brasil está acontecendo. Gostando ou não gostando, a novela é uma instituição brasileira e, se ela foi suspensa, algo muito grave aconteceu. Essas foram uma das primeiras chamadas da Rede Globo para as manifestações. Naquele momento a Globo percebeu que as manifestações eram contra o governo. Num primeiro momento, o Arnaldo Jabor dizia que aqueles manifestantes eram os vândalos e dois dias depois ele dizia que esses mesmos manifestantes eram a vanguarda da sociedade.

**Lilian Tropardi:** Você acha que houve uma rápida percepção por parte da mídia sobre o potencial daquelas manifestações, e depois disso ela passa a direcioná-las para a direita?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** Sem dúvida alguma, aliada aos interesses de alguns, vocalizando os interesses de setores dominantes da sociedade, como o empresariado, FIESP e todos esses grupos que são contra o avanço das classes populares, da sociedade e da política. O momento mais decisivo foi no pré Golpe, quando a Globo fazia coberturas nacionais ao vivo, de várias capitais brasileiras chamando as pessoas para os atos contra a presidenta Dilma. Tinha o requinte de mudar o horário de partidas de futebol, ou durante uma partida de futebol da manhã fazia interrupções para dizer, olha já tem pessoas que estão chegando na Esplanada dos Ministérios, ou já estão chegando na Avenida Paulista, ou as pessoas já estão chegando em Copacabana, tudo isso no meio de uma partida de futebol! Depois disso, a Rede Globo tirava o futebol da programação para ficar falando durante a tarde toda sobre as manifestações. Ouvi uma repórter em Brasília dizendo: “são centenas de famílias todas unidas no mesmo ideal”, e eu pergunto qual ideal? O ideal era o do Golpe, estou citando a Rede Globo, mas foram todos. A Folha de São Paulo chegou

a ter uma seção, que em jornalismo a gente chama de serviço. Serviço é colocado para informar os leitores sobre quando, onde, a que horas e como você chega em determinados eventos. A Folha prestava esse “serviço” dizendo onde seriam as manifestações pró impeachment naquele dia, ou seja, prestando um serviço, dizendo “olha você tem que ir neste local que vai ter a manifestação”. A mídia foi a estrutura do Golpe de 2016. Há um livro recentemente publicado, onde escrevi um artigo, chamado “Enciclopédia do Golpe”. São três volumes. O primeiro chama-se Golpe em geral, o segundo é sobre a mídia e o terceiro é sobre o Judiciário. São as partes do Golpe: A mídia, o judiciário, o parlamento, com os militares por trás.

**Lilian Tropardi:** Se a mídia pode ser considerada um poder em si, se ela foi estruturante ao Golpe de 2016, quais os caminhos para superar essa dominação da mídia?

**Laurindo Lalo Leal Filho:** O país nunca se preocupou com isso, você tem uma história da mídia brasileira em que a mídia comercial foi aos poucos se tornando hegemônica e oligopolista, tanto a mídia impressa como a mídia eletrônica. Com o agravante que a mídia eletrônica, rádio e televisão, atinge um público muito maior e são concessões públicas, portanto, poderia haver uma ação do Estado regulando essas concessões. Quer dizer, democratizando as concessões. Como ocorre em vários países da Europa e na Argentina, que publicou a Lei dos Meios durante o governo de Cristina Kirchner. A Lei dos Meios estipulou que o espectro eletromagnético por onde circulam as ondas de rádio e tv fosse dividido equanimente em três partes. Uma para os grupos privados, outra para os públicos e outra para os que podemos chamar de comunitários, ou privados sem fins lucrativos. Com isso você aumenta muito a diversidade de opiniões, você não estabelece nenhum tipo de censura, porque os privados continuam tendo seus espaços, mas você abre espaços para outras vozes, outras visões de mundo, ou como gostam de dizer os pesquisadores da ciência política, outros enquadramentos. O enquadramento atual da mídia brasileira possibilita apenas um dos enquadramentos da sociedade brasileira, ou seja, é cada vez mais uma voz única. Deveríamos ter tido uma política pública de organização desses espaços que são públicos, como a concessão da televisão, e você tinha que ter também um estímulo do próprio governo às mídias alternativas, tanto na internet como na mídia impressa. Na França, do volume de gastos de publicidade do governo francês, 30% são dirigidos a estes veículos menores, justamente para facilitar e estimular a diversidade de opiniões. Aqui você não tem isso, houve uma mudança depois do Golpe 2016, e a grande

parte dos meios independentes acabaram sofrendo muito, alguns deles até fecharam por falta absoluta de verbas de publicidade, que hoje são canalizadas somente para a grande mídia. Voltaram a ser canalizadas, havia todo um processo de uma distribuição mais democrática dessas verbas no governo Lula e prosseguiu no governo Dilma, que foram interrompidas e levaram muitos à falência. A Caros Amigos, por exemplo, desapareceu, fechou, outras estão vivendo a duras penas. São políticas públicas que podem, de um lado, regulamentar, e do outro, estimular a diversidade de opiniões.

Recebido em 22/07/18

Aprovado em 28/07/18



**PM aponta para manifestantes pró Dilma na PUC (Foto: Suamy Beydoun)**



**PM atira para dentro da PUC, em 21 /03 /2016 (Foto: Suamy Beydoun)**



**PM aponta para dentro da PUC SP, em 21 /03 /2016 (Foto: Suamy Beydoun)**